

CARTOGRAFIAS DE MEMÓRIAS QUILOMBOLAS: O CASO DO DISTRITO DE SANTA TEREZA DO MATUPIRI¹

Alice Conceição Pedreno²
João Marinho da Rocha³

Resumo: Este texto versa sobre as territorialidades, cartografias de memórias territoriais, saberes e patrimônios quilombolas do rio Andirá, fronteira Amazonas/Pará. É um aprofundamento da pesquisa que se deu com base em projetos de extensão institucional do Núcleo de Estudos afro-brasileiros do Centro de Estudos Superiores de Parintins, da Universidade do Estado do Amazonas (2021-2022 e 2022-2023). A pesquisa é um estudo de caso, ancorado no campo da Geografia Cultural, da pesquisa qualitativa e utiliza-se da metodologia da História Oral, a partir desses caminhos, foram construídas cinco cartografias de memórias territoriais que juntamente com micro biografias de personagens quilombolas e um catálogo dos espaços simbólicos e pertencimentos. Isto aponta para os inúmeros saberes e patrimônios quilombolas, criando instrumentos e suportes para produção de materiais e estratégias pedagógicas, a fim de colocar em prática aquilo que determinam as legislações sobre a educação escolar quilombola.

Palavras chave: Territorialidade; Memória; Saberes; Patrimônios quilombolas; Educação Escolar Quilombola.

INTRODUÇÃO

Uma comunidade tradicional quilombola carrega em seu meio forte tradição oral, uma vez que em sua maioria tratam-se de comunidades iletradas, logo guardam na memória coletiva e na memória herdada seus saberes e histórias. As memórias foram e são significativas ferramentas articuladas mediante as demandas atuais que interferem nas comunidades tradicionais, problemáticas socioambientais e fundiárias. Além disso, essas memórias apontam para territorialidades específicas quilombolas, espaços de

¹ Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título em licenciatura plena e Geografia pela Universidade do estado do Amazonas, Centro de Estudos Superiores de Parintins-UEA/CESP.

² Acadêmica do 8º período de Geografia da Universidade do estado do Amazonas, Centro de Estudos Superiores de Parintins-UEA/CESP. Núcleo de Estudos Afro-brasileiro-NEAB/UEA; E-mail acp.geo20@uea.edu.br

³ Professor Adjunto no curso de História da Universidade do Estado do Amazonas, Centro de Estudos Superiores de Parintins-UEA/CESP. Grupo de Estudos Históricos do Amazonas-GEHA; Núcleo de Estudos Afro-brasileiro-NEAB/UEA; E-mail: jmdrocha@uea.edu.br/ jmrocha.his@hotmail.com

saberes e patrimônios que alicerçam a identidade cultural e que contribuem como ferramentas de políticas de afirmação e de direitos. Falamos isso com base em Little (2002), Rocha (2019) e Silva (2012).

Este texto versa sobre memórias, espaços e saberes patrimoniais, territorialidades específicas e cartografias de memória da comunidade quilombola Santa Tereza do Matupiri, rio Andirá, fronteira Amazonas/Para. É um aspecto de dois projetos de extensão institucional do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, do Centro de Estudos Superiores de Parintins, da Universidade do Estado do Amazonas (2021-2022 e 2022-2023), bem como uma análise mais aprofundada sobre a categoria de territorialidades quilombolas aqui no âmbito baixo Andirá que se deu no contexto da pesquisa de conclusão de curso.

A seguinte pesquisa tem como objetivo mostrar que estes materiais se apresentam enquanto possibilidades para produção de futuras metodologias de ensino, assim contribuir com o currículo da educação escolar quilombola no Baixo Andirá, precisamente no campo da geografia, onde aqui trabalhamos o conceito da categoria de territorialidade quilombola, que naturalmente vai implicar na temática da identidade, território e lugar, estes estão com base no que preconizam as Legislações 10.639/03 atualizadas pela 11.645/08, que determina a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, como também da Resolução CNE/CEB nº 8 de novembro de 2012, que determinam as Diretrizes para a educação escolar quilombola. Esta ação se concretiza em um ato político e fortalece ainda mais o território, proporcionando uma educação antirracista e a democratização do conhecimento nessas realidades.

O texto é uma abordagem de estudo de caso, ancorado no campo da geografia cultural, amparado na pesquisa de cunho qualitativo, e utiliza-se da metodologia da História Oral. As memórias quilombolas que apontam para os inúmeros saberes e patrimônios do distrito quilombola de Santa Tereza do Matupiri que vem dando suportes para produção de materiais e estratégias pedagógicas a fim de colocar em práticas aquilo que determinam as legislações sobre a educação escolar quilombola.

Trazemos aqui a temática sobre memórias quilombolas que apontam para os saberes e espaços simbólicos e de pertencimento, que são territorialidades específicas, que por sua vez “é uma síntese de apreensão desse universo pelo grupo. Caracteriza-se em práticas cotidianas, nas perseguições de estratégias de vida e de trabalho, na execução de ações que são criadoras da existência material e social” (AZEVEDO e

CASTRO, 1998, p.30 apud ROCHA, 2021, p.19). Essa apreensão do universo realizada pelo grupo apresenta-se nas micro biografias quilombolas, nos catálogo de fotos dos espaços e saberes e patrimônios e agora concebido em cartografias de memória territoriais para assim contribuir com uma educação diferenciada.

Na primeira sessão discorreremos sobre a área de pesquisa e sua localização no município de Barreirinha, uma apreensão geral do território quilombola do Baixo rio Andirá, entende-se que “os quilombos são a materialização da resistência negra à escravidão, foram uma das primeiras formas de defesa dos negros, contra não só a escravidão, mas também à discriminação racial e ao preconceito” (SILVA, 2012, p.7). Estas entrelinhas então dentro do contexto histórico de formação do quilombo do Andirá que aqui será descrito, mencionamos também sobre as articulações que fizeram as comunidades quilombolas para seu reconhecimento de remanescente de quilombo, (ROCHA, 2019 e 2021).

Para isso, não obstante, nos atentamos primeiramente na temática de categorias de “Povos tradicionais”, tendo abordagem teórica de Little (2002) Em seguida, “adentramos” ao Território quilombola do rio Andirá, subindo o rio, descrevendo a área desta pesquisa com base no relatório antropológico de Siqueira (2016). Na segunda sessão, abordamos sobre os caminhos percorridos para a efetivação da pesquisa, sobre o estudo de caso destacamos Gil (2002), a despeito da geografia cultural, elencamos Corrêa (2022), na pesquisa qualitativa Chizzotti (2000), Albert (2011) sobre a História Oral.

Na última sessão tratamos sobre o território de memória quilombola dos espaços simbólicos e de pertencimento de Santa Tereza do Matupiri A respeito da “Memória” abordamos Pollack (1992), “Dos lugares de memória”, Nora (1993), Territorialidade, Little (2002) e Silva (2012) Esta sessão ocupa-se também das micro biografias que tratam de personagens com relevância para a memória, os saberes e os patrimônios quilombolas, bem como das produções de cartografias de memória territorial feitas a partir de nossas experiências de extensão Em seguida, os anexos dos catálogos de foto que remetem as territorialidades específicas quilombolas

Alguns destes materiais aqui discutidos já foram trabalhados em realidades quilombolas, como também diálogos de saberes sobre essas temáticas que vem sendo discutidas, tendo concretizado várias edições, proporcionando encontros de saberes entre a Universidade e professores dessas realidades, bem como fomentando reflexões e práticas educativas que venham a contribuir para fazeres educacionais onde se promova

transformação social e democratização de conhecimentos, estes diálogos integram diferentes ambientes de saberes e sujeitos, promovendo práticas educativas capazes de avançar fronteiras disciplinares e promover uma educação de si e sobre si (ROCHA, 2019)

Vale também aqui destacar que esta pesquisa é uma produção de identidade de si e para os outros, uma vez que sua temática se concretizou por um deslocamento que (re)produz identidade, que possibilita um olhar científico para os fenômenos socioculturais dos povos tradicionais, a saída das comunidades quilombolas para a universidade. Contribuímos com a ponte de diálogo que há dos conhecimentos da universidade e os saberes do Andirá afro-indígena, socializamos e dialogamos com nossas realidades, potencializando e contribuindo para uma educação étnica e com o movimento social contemporâneo do Andirá.

DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DO ANDIRÁ Contextualizações

A comunidade quilombola de Santa Tereza do Matupiri, objeto de estudo desta pesquisa, localiza-se no território quilombola na microrregião do rio Andirá, na margem direita, estando ao sul do município de Barreirinha, fronteira Amazonas/Pará. O rio Andirá é um “braço”⁴ afastado do rio Amazonas, essa volumosa bacia hidrográfica se estende por vários quilômetros, oposto de seu local de origem.

O território quilombola do rio Andirá é maior em extensão do Amazonas, sua área total é de 32.368, 68 hectares, esse perímetro se estende desde o núcleo chamado Paga até a Cabeceira das Formigas, é composto de cinco comunidades quilombolas, tais como Itaquara, Boa Fé, Santa Tereza do Matupiri, São Pedro e Trindade e há ainda alguns núcleos quilombolas.

A sede de Barreirinha está distante a 330 quilômetros da capital de Manaus em linha reta, estando à margem direita do Paran⁵ do Ramos Siqueira (2016, p 7) nos informa que em meados de 1881 o distrito de Barreirinha foi elevado à categoria de vila, e se desmembrou de Parintins, em 1935, após alterações nessas designações, se torna

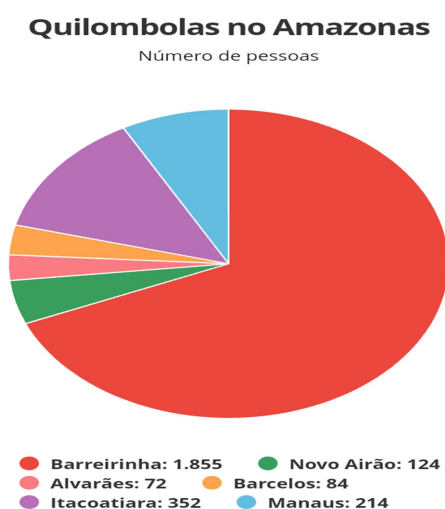
⁴Trecho de rio ou de mar que adentra na terra. Glossário dos termos genéricos dos nomes geográficos utilizados no mapeamento sistmico do Brasil / IBGE, Coordenação de Cartografia, - Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

⁵ Do tupi *para`n* ‘semelhante ao mar’. São braços de um grande rio que, na planície de inundação, contornam uma ilha fluvial e são navegáveis durante todo o ano. BORTOLOTO. M. Glossário de Geografia. Belo Horizonte, 2011.

autônoma novamente, até ser elevada à categoria de cidade, que se deu com base na Lei Estadual nº 68, de 31/03/1938, então com a denominação de Barreirinha

Segundo o novo censo realizado no ano de 2022, Barreirinha apresenta uma população de 31.065 pessoas. O referido censo que incluiu pela primeira vez povos e comunidades tradicionais mostrou que apenas seis municípios do Amazonas registram presença de quilombolas, o município de Barreirinha lidera o ranking conforme gráfico da com 1.855 quilombolas, seguido de Itacoatiara com 352, Manaus com 214, Novo Airão com 124, Barcelos com 84 e Alvarães com 72 Quilombolas.

Figura (01): populações quilombolas no estado do Amazonas.



Fonte: IBGE/Censo 2022

Da categoria de “Povos Tradicionais”. Uma abordagem

O território brasileiro apresenta uma grande diversidade fundiária, que teve várias influências no contexto da sua formação histórica. Essas múltiplas sociedades são agrupadas em diversas categorias, como “populações”, “povos”, “comunidades” e entre outros. Por conseguinte, são acompanhadas pelos adjetivos de tradicionais, rurais, residentes e outros mais, porém, essa forma vem ser problematizada devido a abrangência de diversidade, de acordo com Little (2002):

Qualquer dessas combinações é problemática devido à abrangência e diversidade de grupos que engloba. De uma perspectiva etnográfica, por exemplo, as diferenças entre as sociedades indígenas, os quilombos, os caboclos, os caiçaras e outros grupos ditos tradicionais – além da heterogeneidade interna de cada uma dessas categorias – são tão grandes que não parece viável tratá-los dentro de uma mesma classificação. (Little, 2002, p. 2).

A invisibilidade de outros tipos de territórios se deu pelo Estado-nação⁶, que tem no contexto de sua “ideologia territorial” estabelecer sua hegemonia, reivindica um espaço geográfico que, por conseguinte, é dominado por seus membros. Depois a “ideologia territorial” vem a requerer o controle deste território pelas mãos do Estado. O conceito de territorialidade liga-se ao contexto de Estado-nação com essa imposição da hegemonia sobre outras formas de território, estes respectivamente ficam escondidos na penumbra do Estado-nação, fazendo com que as linhas de pesquisa do campo das ciências sociais contemporâneas não percebam tais diferenciações (LITTLE, 2002).

Uma vez que são visibilizados estes diferentes territórios, interferem na supremacia imposta, dessa forma “esse ponto de vista representa uma das razões pela qual o Estado brasileiro teve e tem dificuldade em reconhecer os territórios sociais dos povos tradicionais como parte da sua problemática fundiária” (LITTLE, 2002, p. 6), como por muito tempo ocorreu com a existência quilombola no Amazonas.

Assim como mudam as estratégias de expansão de “fronteiras perenes”⁷, as sociedades também se articulam criam e acionam novos mecanismos em prol da defesa de seus territórios, criando uma nova onda de territorialização como resposta a nova fronteira em expansão. Fizeram-se importantes os movimentos sociais na consolidação das diferentes categorias territoriais, “devido à grande diversidade de formas territoriais desses povos, houve a necessidade de ajustar as categorias às realidades empíricas e históricas do campo, em vez enquadrá-las nas normas existentes da lei brasileira” (LITTLE, 2002, p. 13).

A constituição de 1988 unificou e possibilitou o privilégio aos movimentos sociais, ademais as distintas modalidades territoriais fortaleceram-se e formalizaram-se. A categoria de “remanescente das comunidades” obteve também seu reconhecimento formal. O artigo 68 da Constituição de 1988 assegura “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, p.160). Por conseguinte, começou uma mobilização por parte das sociedades negras para serem reconhecidas e inseridas dentro da categoria de remanescente de quilombo.

⁶ “No primeiro quarto do século XIX, a entidade política do Estado-nação surgiu nas Américas como uma nova forma de agrupamento social e geográfico, para logo em seguida se converter na forma hegemônica de controle territorial em todo o continente e, depois no mundo (Anderson, 1991)” APUD Littler, (2002, p. 6).

⁷ “O processo de expansão de fronteiras que marcou a história territorial do Brasil Colonial e Imperial continua ainda hoje, particularmente na região Amazônica, de tal forma que podemos falar de uma situação de ‘fronteiras perenes’ Little (2001)” Little, (2002, p. 12).

No que diz respeito ao conceito de povos tradicionais, no contexto de reivindicação territorial das sociedades tradicionais singulares frente ao Estado brasileiro,

O uso do conceito de povos tradicionais procura oferecer um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis que os variados grupos sociais analisados aqui mostram na atualidade. Little (2002, p. 23).

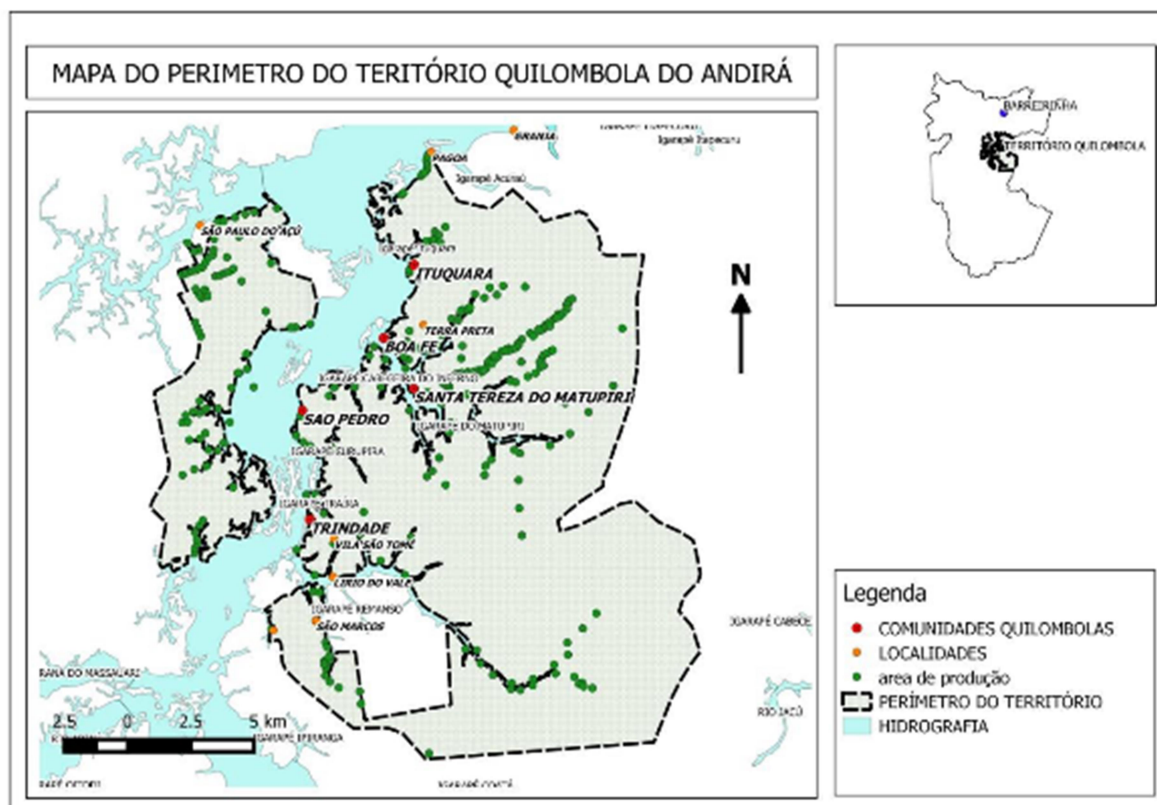
No que diz respeito à área de estudo e o seu contexto de formação do território, segundo Siqueira, (2016) o uso coletivo da terra, foi um fator importante de resistência mediante a expansão da agropecuária extensiva e a exploração de madeira, bem como a preservação dos recursos naturais que estavam sendo explorados de forma desenfreada e também a manutenção das práticas culturais híbridas e os diferentes modos de vida desta sociedade. Há forte relação de pertencimento expressas nas memórias coletivas, nos espaços de vivência, além das histórias de vida, estes e outros fatores que caracterizam as comunidades quilombolas do Andirá como tradicionais.

Da Caracterização do Território Quilombola do Rio Andirá

Para acessar as comunidades quilombolas do rio Andirá por Barreirinha, há um furo⁸ denominado de Pucú, um curso de água que interliga o Paraná do Ramos e o rio Andirá, este vem abrigar vinte e três comunidades rurais, sendo cinco delas quilombolas, pertencente ao território Quilombola do rio Andirá, que se estende do núcleo da Paga até a Cabeceira das Formigas, ver figura (02).

⁸ Termo regional característico da rede fluvial da Região Amazônica. Braços fluviais que interligam cursos de água, formando rede de labirintos fluviais, apresentando característica de anastomose. Glossário dos termos genéricos dos nomes geográficos utilizados no mapeamento sistêmico do Brasil / IBGE, Coordenação de Cartografia, - Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

Figura (2): Mapa do território quilombola do Andirá.



Fonte: Siqueira (2016, p. 64). RTID das Comunidades quilombolas do Andirá.

As vias de embarcação são de grande e pequeno porte, o primeiro como barcos, que geralmente fazem transporte de passageiros, já os de pequeno porte como canoas e botes de alumínio. Em relação à caracterização do rio Andirá, Segundo Siqueira (2016):

Um dos fatores influentes na caracterização hidrográfica que esse ponto do curso do rio apresenta é a propensão à retenção de grande massa d'água junto a sua foz. Diferentemente da maior parte dos caudalosos rios amazônicos, o Andirá não é tributário direto de nenhum outro grande rio. Nas imediações da sua foz são encontrados um paraná e alguns pequenos furos e braços de rios que drenam de maneira cerimoniosa a volumosa massa de suas guas. Siqueira, (2016, p. 7).

O rio Andirá é considerado um “rio pluriétnico” (ROCHA, 2019). Na sua ocupação pelos quilombolas, negros que vieram da Angola, que se deu por volta do final do século XIX e início do século XX, tendo também a configuração de outros grupos sociais, indígenas Sateré Mawé, judeus, portugueses, espanhóis, uma hibridação de culturas, de línguas e tradies⁹, como também a configuração de territorialidades

⁹ Ver monografia PEDRENO. Inês Conceição. Descrição linguística das falas de dois moradores de comunidades tradicionais do rio Andirá. 2022. 69f. TCC (Graduação em Licenciatura em Letras) - Universidade do Estado do Amazonas, Parintins. 2022.

específicas. O território quilombola do Andirá começa pelo núcleo da Pagoa¹⁰, que fica à margem esquerda do rio Andirá, próximo a comunidade quilombola de Ituquara e termina na “Cabeceira das Formigas”.

Comunidade quilombola Santa Tereza do Matupiri

Ao subir o Baixo rio Andirá, passando pelo núcleo da Pagoa, depois pela comunidade quilombola de Ituquara, após percorrer do igarapé¹¹ da comunidade de Boa Fé, e margeando as “beiradas” se avistam antigas castanheiras e algumas mangueiras, essas “beiradas” calmas e silenciosas tal como o próprio rio são lugares vividos pelos antigos moradores, ou “lugares de memória”, (NORA, 1993), como também espaços de “memórias territoriais” (ROCHA, 2021). Espaços esses que não existem mais fisicamente, como uma casa de farinha a beira do rio, uma roça, um porto, havia-se nessas cabeceiras¹², igarapés e lagos¹³ as vivências e práticas socioculturais, e de trabalho ou mesmo religioso, e sumindo-se no tempo, foram e são reconstituídas pelas memórias vivas e memórias herdadas, assim como pelo Movimento Social Quilombola do rio Andirá-MSQA (ROCHA, 2019). Ver figura (03).

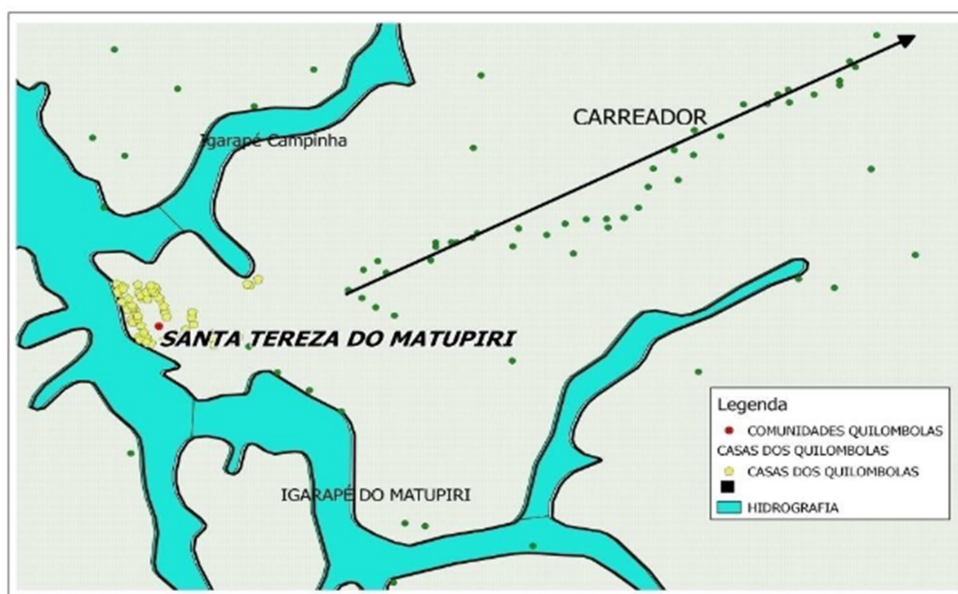
¹⁰ Ver monografia SILVA. Elen Mourão da. Do inferno à Pagoa: a trajetória de vida de Manuel Eugênio da Silva, núcleo quilombola da Pagoa, Rio Andirá. 2019. TCC (Graduação em Licenciatura em História) - Universidade do Estado do Amazonas, Parintins. 2019.

¹¹ Do tupi *iara`pe* (*iara`pe* ‘canoa’ + *pe* ‘caminho’). Braço de Rio muito estreito, em geral navegável por pequenas embarcações. Termo usado regionalmente na Amazônia. São riachos pouco extensos e de pequena largura, que deslizam mansamente no interior da grande floresta. Os igarapés são pequenos riachos de terra firme. BORTOLOTO. M. Glossário de Geografia. Belo Horizonte, 2011.

¹² Ponto onde surge o olho-d`água, que dá origem a um curso fluvial. Glossário dos termos genéricos dos nomes geográficos utilizados no mapeamento sistêmico do Brasil / IBGE, Coordenação de Cartografia, - Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

¹³ Depressão de formas variadas – principalmente tendendo a circulares – de profundidades pequenas e cheia de água doce ou salgada. A lagoa pode ser definida como lago de pequena extensão profundidade. Glossário dos termos genéricos dos nomes geográficos utilizados no mapeamento sistêmico do Brasil / IBGE, Coordenação de Cartografia, - Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

Figura (03): Croqui da comunidade quilombola Santa Tereza do Matupiri.



Fonte: (Siqueira, 2016, p.41). RTID das Comunidades quilombolas do Andirá

Passando pela cabeceira da Campina, na margem esquerda, e da cabeceira da Manteiga na margem direita do rio Matupiri, avista-se logo à frente a “antiga Ponta” e juntamente com ela, destacada a capela de São Sebastião, a “Ponta” é um local simbólico e de pertencimento étnico e territorial, então escolhido pelos “troncos velhos” Rocha (2019) como espaço de liberdade, onde se enraizou suas culturas afro-indígenas e assim gerando suas especificidades territoriais e étnicas, parando um pouco “de frente” da “antiga ponta”.

Contextualizando com a prática que faz o pássaro aquático Miuá¹⁴ (*Nannopterum brasilianum*), muito conhecido na região Amazônica, mergulharemos na história de surgimento desse lugar e emergiremos mais adentro do rio Matupiri em um contexto atual, precisamente na lateral esquerda deste, onde se encontra assentada atualmente a população desse quilombo, bem como apresentar suas características gerais.

Contexto histórico de formação de Santa Tereza do Matupiri.

No processo de (re)construção da identidade étnica e de territorialidades específicas restaurado pelo MSQA para fins do reconhecimento territorial de

¹⁴ Em busca da comida, mergulha, permanecendo um bom tempo debaixo d'água, aparecendo depois apenas com o pescoço para fora d'água. <https://www.flickr.com/photos/celcoimbr/7776716866>. Visitado em 05/01/2023.

remanescente de quilombo. Buscou-se na malha dos parentescos que são transmitidas “por tabelas” (POLLAK, 1992) as origens das famílias negras no rio Andirá. Segundo relatos de memórias transmitidas por tabela está o de dona Maria Ludia Rodrigues, que foi um dos principais indícios para construção da memória do cativo lembrada pela Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha-FOQMB, esta, filha de Esmeraldina com Manuel Rodrigues da Costa então filho do “preto marcado”¹⁵. Dona Ludia assim relembrava:

Meu bisavô, veio da África. O nome dele era, Benedito Rodrigues da Costa. Gerônima da Costa Rodrigues, mãe da vó [...], casou com um [...] o homem que veio da África”. Me contaram né! [...] agora ele eu não vi nada por aí. Benedito Rodrigues eu não vi não. [...] só vi minha vó. Ele (papai) contava que a mãe dele [...], a finada da minha avó já ia embora andando, encontrou com esse homem, com o Benedito Rodrigues, o preto, da África, e, casou com ele, e ai vieram para Baixo Amazonas. [...]. Quando era criança ouvia muita história dessa escravidão, essas coisas dos escravos! Apanhavam muito, tudo se ouvia ainda. Meu bisavô já era liberto [...], era, paresqui era. [...].¹⁶ (ROCHA, 2019, p. 159).

Benedito Rodrigues da Costa tinha três irmãos, de nome Maria, Francisco e João, que nas suas “andanças” pelo rio Andirá, não se acostumaram com o clima quente-úmido¹⁷ e assim tomaram rumos ignorados. Estes vieram da África, precisamente da Angola, por navios portugueses, para serem escravos no Brasil. Benedito Rodrigues se tornou conhecido ao chegar à região do Andirá. O lugar chamado “Terra Preta”, que fica entre a comunidade quilombola de Ituquara e Boa Fé, local simbólico e de pertencimento, “A chamada ‘Terra Preta dos Antigos’ é o lugar onde Benedito Rodrigues teria conhecido Gerônima Sateré [...]”, (SIQUEIRA, 2016, p.62).

Esse foi o encontro de uma Amazônia já existente com uma nova Amazônia negra, que após achar seu lugar de liberdade, se firmou, cresceu e se espalhou formando o quilombo do rio Andirá, Gerônima Sateré Mawé era filha de Júlia Sateré, que era muito conhecida na região, na ocasião do encontro ocorria uma festa, Benedito prometeu quando estivesse liberto, pois ainda era escravo, voltar para se casar com Gerônima, com a abolição declarada, retornou tempos depois, cumprindo a promessa. Segundo vozes silenciadas e reconstituídas pelo MSQA, como de Benedito Pereira de

¹⁵ Ver FREITAS, Marilene Corrêa da Silva. ROCHA. João Marinho da. “BENEDITO RODRIGUES, O PRETO DA ÁFRICA...”. Nos rastros das Memórias e Histórias quilombolas na Amazônia. European Academic Research. p. 1766-1778. Vol. X, Issue 5/ Agosto 2022.

¹⁶ Maria Ludia Rodrigues. 108 anos. Entrevista: Maio de 2010. Manaus Amazonas. Arquivo da FOQMB.

¹⁷ Caracteriza-se por apresentar elevadas temperaturas anuais e elevados índices pluviométricos, com ausência de estação seca prolongada. Nesse domínio climático, verifica-se a ocorrência de uma das mais extensas áreas florestais do planeta: a floresta equatorial, onde a Amazônia é um típico exemplo.

Castro, ou como era conhecido na região de “Ferro Birro” ou “Ferro”, este assim descreveu:

Meu pai, Pedro Rodrigues da Costa, que ficou conhecido como Pedro Marinho, porque esse sobrenome foi dado pelo seu padrinho Geco Marinho. Papai contava que meu avô, veio da Angola, da África, como escravo dos portugueses. Então, esse meu avô, por parte de pai, era Benedito Rodrigues da Costa que veio nos navios africanos pra servir os portugueses. Ele tinha três irmãos, uma irmã, a tia Maria e mais dois irmãos: o tio Francisco e o tio João. Estes três foram pra lugares que a gente não sabe. Nessa época iam pro Pará e outros lugares. Papai não sabia pra onde eles foram! Papai contava que os irmãos do vovô eles não se acostumaram com o clima porque era muito quente. Essa fase já era a época da abolição, estava acabando a força da Escravidão, isso já tinha terminado. Então, sendo o primeiro negro a chegar e permanecer na comunidade do Matupiri, no rio Andirá, vovô parou numa casa de festa e ali conheceu uma mulher indígena, viúva, e seu nome era Gerônima, filha da indígena Júlia Sateré. Benedito prometeu a ela que se um dia fosse liberto da Escravidão, voltaria para casar com ela. Cumpriu a promessa, voltando tempos depois¹⁸. (SIQUEIRA, 2016, p. 36-37).

Da união de Benedito e Gerônima nasceram seus descendentes ou “galhos”: Manuel Rodrigues, Silvério Rodrigues, Pedro Rodrigues, Cristina Rodrigues e Francisco Rodrigues. Surgiu também de um relacionamento mantido posteriormente com Maria Albina Castro, uma filha conhecida pelo nome de Maria Tereza Albina de Castro. Por conseguinte, cresceram e espalharam-se nas redondezas da “Ponta do Matupiri” pelas cabeceiras dos igarapés adjacentes, dando nomes a estes, como “Cabeceira do Inferno”, Cabeceira Grande, “Cabeceira da Campina” e outros que vieram depois no processo de expansão do território.

O início do povoamento do quilombo do Matupiri em 1933 tem a figura de Maria Tereza Albina Castro, fruto do relacionamento posterior de Benedito Rodrigues com Maria Albina Castro. O povoamento se deu com a construção da casa de Maria Tereza, onde fica atualmente a capela de São Sebastião, segundo Siqueira (2016, p. 38) “Costa que por ser uma católica praticante, Maria Tereza Albina comprou uma imagem de Santa Terezinha do Menino Jesus e com ajuda de moradores do povoado e das redondezas ergueu a capela em homenagem à santa que também emprestou seu nome à comunidade”. A “Ponta da velha Tereza” foi um lugar bastante influenciado pelo catolicismo, tanto que era reconhecido na região como lugar de celebração e de práticas litúrgicas do catolicismo.

No que diz respeito à formação híbrida no Baixo Andirá, assim nos informa Siquera:

¹⁸ Benedito Pereira de Castro, 91 anos. Entrevista: Matupiri. 18/02/2013.

O povoado, originalmente formado a partir do desenvolvimento de um grupo doméstico de ascendência africana, logo se misturou com a população local por meio de vários cruzamentos de natureza matrimonial, incrementando-se e, ao mesmo tempo, imiscuindo-se costumes, crenças e práticas de diferentes tradições culturais. Festas e danças populares com base em tradições culturais dos negros, caboclos e indígenas foram incorporadas e introduzidas nos principais festejos católicos promovidos por essa população. (SIQUEIRA, 2016, p. 39).

Uns dos resultados dessa hibridização e formação da cultura no quilombo é a “dança do Gambá¹⁹ e Lundum”, o primeiro já era oriundo da região, precisamente da tradição cultural indígena Sateré Mawé, já o segundo foi introduzido pela figura de Benedito Rodrigues, essa tradição se manteve nas figuras dos filhos e assim por diante.

Com o vilarejo crescendo na “Ponta”, criou-se em 1950 a primeira diretoria para administrar o povoado, nesse primeiro mandato ocorreu uma significativa mudança na organização espacial, onde se ampliou o terreno para a parte leste. Como se observa em um trecho relatado por um patrimônio vivo do quilombo do Matupiri “Depois fizeram, já um roçado pra cá, né! Aí se amunturaram e fizeram pra...comunidade crescer mais, depois fizeram um roçado pra cá pra trás, e aí fizeram e plantaram”²⁰. Adiante, as pessoas que viviam nas imediações de Santa Tereza, foram ocupando a nova área, um fator que também impulsionou essa concentração da população foram às pressões sofridas pela expansão da pecuária e da expropriação das terras decorrente desse avanço. Devido ao aumento populacional, Matupiri foi elevado à categoria de comunidade pela prefeitura de Barreirinha.

Embora tenha ocorrido uma interferência do executivo municipal na forma de organização política, que também veio desencadear outras situações, porém, Matupiri “tem uma longa história de organização interna vinculada a princípios organizativos das comissões de base da Igreja Católica” (SIQUEIRA, 2016, p. 40). Atualmente as organizações têm características diferentes.

Emergindo no contexto atual da área de pesquisa da comunidade quilombola Santa Tereza do Matupiri.

Surgindo do contexto histórico e deparando com a atualidade, Santa Tereza se inicia na Ponta, local simbólico e de pertencimento étnico quilombola, Anexo I/Mapa

¹⁹ O Gambá, ritmo tocado a partir da harmonia de sons de três instrumentos de percussão – o Gambá (caixa alongada e arredondada), o tamborim (feito de couro de caça), e o caracaxá (instrumento feito com pau de bambu).

²⁰ Eduarda Trindade Castro. 84 anos. Entrevista: Quilombo Matupiri. 07/10/2023.

fig.04-A/E. Há na sua constituição, um ponto de práticas sociais e de lazer, que é a praia da Ponta, nela ocorre anualmente o evento recente intitulado “Festival de Verão Quilombola”, que ocorre nos dias 18, 19 e 20 de novembro, dia da Consciência Negra. Reúne moradores de outros quilombos, abre portas para o empreendedorismo local, diálogos, rodas de conversas e oficinas sobre várias temáticas, ideias e socializações dos feitos e movimentos que esse povo vem conquistando, como também articulações que as cinco comunidades vêm desenvolvendo junto aos apoios de fora do quilombo.

Por conseguinte, vem a capela de São Sebastião (Anexo II/ Mapa. Fig. 04-G/C), onde ocorrem as práticas socioreligiosas entre 11 e 20 de janeiro, em seguida o Museu “Benedito Rodrigues da Costa”, ainda em processo de construção, próximo a ele a sede ou “barracão” comunitário da Ponta. Por adiante vem o campo de futebol “Manuel Pereira”, bastante antigo. Há na Ponta, antigas e frondosas árvores, como mangueiras, havia castanheiras, plantações dos “antigos”. Depois do campo vem o segundo cemitério da comunidade, que de acordo com alguns relatos, ele surgiu entre a década de 69, (ver Anexo III/Mapa. Fig. 04-D/F).

Saindo da Ponta, no bairro Centro, após o campo de futebol, há uma igreja Adventista do Sétimo Dia. Posteriormente, a “Unidade Básica de Saúde Silvestre Rodrigues da Costa”, inaugurada em 2022, a obra que tinha em sua faixa o início em 31/01/2014 e o término 31/01/2015, isso no ano de 2016, mas essa demanda já vinha ocorrendo tempos atrás. Ao lado do posto, está a “Escola Municipal Quilombola Santa Tereza do Matupiri”, “escolinha” como os moradores preferem denominar, atende as crianças do maternal de 03 a 06 anos de idade.

Em seguida, vem a sede comunitária “Sinésio Alves” (Anexo IV/Mapa. Fig. 04-H). Ainda no bairro “Centro”, há o segundo campo de futebol chamado “Antônio Belém”, que fica em frente a Igreja de Santa Terezinha do Menino Jesus, no bairro “Santíssima Trindade”, Santa Terezinha é padroeira da comunidade e seu festejo ocorre no dia 05 a 15 de outubro, ao lado da igreja está o Centro Cultural “Márcia Pedreño Viana”.

No lado esquerdo da igreja se encontra o terceiro cemitério atual do Matupiri. Ainda nessa imediação, existe uma quadra construída por professores e comunitários, pertencente à escola. Atrás do Centro Cultural, está o poço artesiano de abastecimento de água, em uso, sua obra findou em 2021, mas até hoje não foi inaugurado. Devido ao problema da falta de energia que muito afeta as comunidades no Baixo Andirá, o poço fica suscetível a queima da “bomba” d’água” que canaliza água para as moradias, esse

problema se agravou no ano de 2023, que teve uma estiagem severa, deixando a população sem água potável e suscetível a doenças.

Há ainda a segunda escola do quilombo, também chamada de “Escola Municipal Quilombola Santa Tereza do Matupiri”, um prédio maior, inaugurado em 22 de junho de 2012. Atende estudantes do Ensino Fundamental I e II, como também, ao Ensino Médio por mediação tecnológica, que da mesma forma é afetado pela recorrente falta de energia. Atendia também à Educação de Jovens e Adultos-EJA.

No que diz respeito às formas de organização, há representação distrital; as organizações de base, associado à igreja católica; e organização da FOQMB. Santa Tereza foi elevada à categoria de Distrito em 30 de abril de 2010, pela Lei Municipal nº 096/2010. Há três bairros, Centro, Pedra Branca e Santíssima Trindade, suas respectivas ruas tem nomenclatura fazendo referência aos antigos moradores. A comunidade dispõe de energia elétrica, que se deu pelo programa “Luz para todos” e dispõe de água encanada, não há saneamento básico ou mesmo lixeira, tanto é que com aumento da população essa problemática vem se agravando.

Em relação ao trabalho assalariado que há somente do funcionalismo público, contudo, os moradores ainda detêm bastante da atividade da pesca, bem pouco da caça, da plantação de roça de mandioca (*Manihot Esculenta*) que é a atividade mais praticada e sua comercialização local é intensiva. Há também, a criação de animais para consumo próprio e por vezes para comercialização. Sobre a cultura tradicional de tecidos e artesanatos, alguns moradores relatam que é difícil hoje em dia achar a matéria prima, os cipós na mata, tais materiais construídos artesanalmente como o tipiti, peneira, paneiros e cestos, há também remo, tarú um material utilizado na produção da farinha, feito de madeira.

As moradias são feitas costumeiramente de madeiras e cobertas com palha ou telha Brasilit, quintais estendidos com frondosas mangueiras, esses ambientes são espaços de socialização e podem ser terreiros vivos²¹. Há como principal base de alimentação a farinha de mandioca e o peixe há uma casa de farinha comunitária, que fica na margem do rio, tendo outros particulares espalhadas pela comunidade, sendo espaços de práticas sociais e de trabalho (Anexo V/Mapa. Fig.08-B), nelas se produzem a farinha mandioca, propriamente dita, farinha de tapioca, beiju seco, quebradinho, beiju

²¹ Algumas pessoas não morrem, elas viram mestres que vivem lá, eles não vão embora, vivem nos terreiros e nas antigas árvores, assim dizem os sábios de lá, por isso são Terreiros Vivos e patrimônios territoriais.

de tapioca, pé-de-moleque, beiju branco e em casos de fornos especiais onde fazem o biscoito, além destes alimentos tradicionais, há bebidas fermentadas, como Tarubá, feita da massa da mandioca, Aluá, feita do abacaxi e outros mais.

Um dos problemas que muito afeta a comunidade é o alcoolismo e as drogas. Atualmente, o quilombo conta com dois enfermeiros que trabalham na UBS e dois Agentes Comunitário de Saúde - ACS. Em relação ao deslocamento para o município, há somente dois barcos que fazem transporte de passageiros, a viagem tem duração de quatro horas, mas há também viagens de lanchas rápidas (voadeira) e canoa motorizada (rabeta), para aqueles que têm condições. Matupiri registrou em 2023 um total de 150 famílias e 636 pessoas, segundo dados obtidos pelos agentes comunitários de saúde.

Mediante a essa viagem e mergulhos dentro da história do Matupiri, Benedito Rodrigues teria sido o primeiro negro a chegar ao rio Andirá, assim construindo uma territorialidade específica e híbrida, tal como redesenhando práticas religiosas, socioculturais, sociais e de trabalho, como bem foram apresentados, criando espaços simbólicos e de pertencimento étnico quilombola que, por conseguinte, são mecanismos que constroem a identidade coletiva. E no tocante da luta por reivindicativas de direitos, essa sociedade tradicional diferencia-se da concepção homogeneia a eles atribuídas de “caboclos”, pelo Estado brasileiro, e hoje se constitui eticamente e politicamente como quilombolas (ROCHA, 2022 p. 97)²².

DOS CAMINHOS DA PESQUISA

A presente sessão retrata sobre os processos desenvolvidos para a efetivação da pesquisa que é um estudo de caso, está ancorada nos campos da geografia cultural e dialoga com o campo da história social, de cunho qualitativo e se utiliza da metodologia da História Oral. A construção da pesquisa se deu com base na atuação em dois projetos de extensão²³.

²² Ver em ROCHA, J. M. “FILHAS DE BENEDITA, FESTEIRAS DE SEBASTIÃO: protagonismos e resistências de mulheres quilombolas na fronteira Amazonas Pará”. In: Encontro de estudo sobre mulheres da floresta. As mulheres da Amazônia em tempos de isolamento e vulnerabilidade social: saberes tradicionais, desafios econômicos e resiliência (7.: Manaus,EDU,2022. 520 p. II). Anais do VII ENFLOR, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia e pelo Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, no período de 25 a 27 de maio de 2022.

²³ Para aprofundar sobre ver em ROCHA et al. “HISTÓRIAS, SABERES E PATRIMÔNIOS”: Memórias em movimentos de lutas por direitos e (r)existências quilombolas e indígenas. In: SILVA et al. Movimentos Sociais e Serviço Social nas “Amazônias”-diversidade, lutas sociais e direitos. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2023, p.73-91.

A pesquisa usou o procedimento de estudo de caso, que segundo Gil (2002, p. 55) esse procedimento vem “proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados”. Buscou-se compreender sobre as territorialidades quilombolas do Baixo rio Andirá e sua importância e contribuição para uma educação específica, significativa, étnica e democrática a partir do aprofundamento do contexto da territorialidade quilombola do Matupiri.

Pode-se constatar e identificar os fatores que influenciam ou são influenciados pela relação entre memórias territoriais, que vem a gerar a identidade e o sentimento de pertença à comunidade quilombola. Estes fatores que colocam em prática aquilo que a Legislação determina para a geração e efetivação desta importante educação, como vêm sendo constatado nas ações do projeto de Extensão nessas comunidades.

O campo da Geografia Cultural, conforme descreve Corrêa (2017, p. 37) “busca tratar as espacialidades e o que advém dessa espacialidade como, por exemplo: o território, a territorialidade, o espaço, o lugar, a paisagem, o poder de acordo com a concepção do pesquisador”. Para o mesmo autor, “a apropriação simbólica do mundo formula parâmetros de vida diferenciados e paisagens distintas, onde se estabelecem histórias e geografias próprias” (CORRÊA, 2017, p. 37).

Não há limites de escala geográfica na pesquisa desta ciência, seja ela particular ou não. Essa apropriação simbólica híbrida no rio Andirá, enxertada de subjetividade de aspectos culturais simbólicos e materiais, que daí vem a influenciar a constituição do território e o exercício dessas territorialidades específicas. Compreendê-las significa analisar e interpretar a influência dessa dimensão cultural e simbólica atribuídas historicamente no Baixo Andirá.

Como no contexto material os usos comuns da terra, dos recursos ambientais para subsistência, os saberes híbridos e patrimônios resultantes de um processo laboral e de longo tempo, apresentam forte tradição oral e recordam de um mesmo passado histórico, além desses aspectos há uma subjetividade significativa, que é a identidade enquanto remanescente de quilombo. Essas apropriações simbólicas que estão presentes nas memórias coletivas, nos “lugares de memória” (NORA, 2003) ou nas “memórias territoriais” (ROCHA, 2021) e por isso, são elementos de Cartografias de memórias.

Nas pesquisas em aspectos qualitativas “[...] há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (CHIZZOTTI, 2000,

p.79). Dito isso, os moradores das comunidades quilombolas apresentam uma relação significativa com seus territórios, impregnando de uma identidade muito forte que se dá pela memória coletiva, que por diante aponta para memórias territoriais. O espaço é o movimento, o lugar é pausa, pois adquire significado e sentimento de pertencimento (TUAN, 2013 apud CORRÊA, 2017). Os fenômenos das inter-relações entre o sujeito e a subjetividade atribuída ao objeto são observados a partir da tradição oral e da memória territorial no quilombo do rio Andirá.

A metodologia empregada foi a História Oral, segundo Verena Albert, “a história oral permite o registro de testemunhos e acesso a ‘história dentro da história’ e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado” (ALBERT, 2011, p. 155). Sobre o procedimento da metodologia da história oral a mesma autora ressalta que, “ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjecturas do passado e do presente” (ALBERT, 2011, p. 155).

Temos como exemplo os moradores biografados, que são patrimônios vivos, apontam para inúmeros saberes do Matupiri, guardam memórias herdadas do passado, acompanharam o processo de transformação do espaço físico, detentores dos costumes e experiências, dos saberes tradicionais, tudo isso presente nas suas histórias de vida, em suma a metodologia empregada permite através das memórias registradas apontar para territórios de pertencimento e das relações que os patrimônios vivos criam com seus espaços.

TERRITÓRIOS DE MEMÓRIA QUILOMBOLA. Espaços simbólicos e de pertencimentos

Para compreender as relações de pertencimento, de territorialidade de povo tradicional, de como os saberes e a memória se apresentam relevantes não só como ferramenta por reivindicação de seus direitos, mas, muito além, de poder guiar para novos caminhos da pesquisa (LITTLE, 2002).

Há nas memórias quilombolas dos mais velhos espaços vividos e simbólicos, mas que não existem mais fisicamente, como por exemplo, uma casa de farinha a beira do rio de uma cabeceira, uma roça, ou uma plantação de laranjeira ou de guaraná, um quintal estendido ou um porto, nesses espaços havia vivências e práticas socioculturais e de trabalho, até mesmo “as proezas dos antigos” que ocorria nos terreiro da antiga Ponta (ROCHA et al 2022, p. 1772-1773), porém, através da memória de quem viveu ou

obteve essa memória herdada, esses espaços são reconstituídos como “lugares de memória” Nora, (1993), ou espaços de “memórias territoriais” (ROCHA, 2021). A memória, portanto, atualiza e redesenha os patrimônios materiais e imateriais historicamente construídos.

A identidade territorial, que é marcada pelas práticas do dia-a-dia, nas roças, casas de farinha, pesca e outros que configuram as comunidades quilombolas. Essa territorialidade de povos e comunidades tradicionais está dentro de uma razão histórica, pois [...] não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território (LITTLE, 2002, p.11 apud LITTLE,1994, n. d).

A identidade quilombola, portanto também é construída pela memória territorial que emerge do simbolismo atribuído a esses espaços. Nesse sentido a territorialidade nessas comunidades tradicionais, pode ser compreendida “como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar como uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ ou *homeland* (cf. SACK, 1986: 19)” (LITTLE, 2002, p. 3).

Nas falas dos quatro moradores biografados e dos cinco entrevistados para a constituição da cartografia de memória que, reconstituem e apontam para “os lugares de memória” do seu passado vivido que são encharcados de simbolismo e pertencimento territorial, esses elementos vêm a energizar as engrenagens para a construção da identidade quilombola no rio Andirá. “A memória neste sentido é o fio condutor que nos leva à instituição de um território e à invenção de uma identidade” (SILVA, 2012, p, 4). Estas abordagens trazem-nos novos apontamentos de pesquisa, de como e para onde essas memórias apontam, mas antes faremos breves apontamentos acerca da memória.

A memória é um fator primordial para uma comunidade tradicional, pois em sua maioria trata-se de comunidades iletradas. A memória pode primeiramente nos parecer algo íntimo e próprio de uma pessoa, mas ela também é entendida em seu contexto coletivo. “A memória deve ser entendida também, ou, sobretudo como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p. 201). A memória está sempre se refazendo, além disso, é fonte para a reconstituição da história

social de determinado grupo, haja vista que ela “é o vivido e a história é o elaborado. Então a memória permite atualizar a história a todo tempo” (SILVA, 2012, p.4).

Trazemos como exemplificação as articulações que fizeram as comunidades quilombolas do Andirá, que buscaram e cooptaram da malha de seus parentescos uma memória ancestral para assim obter o reconhecimento em 2013, como remanescentes de quilombos²⁴. Segundo Silva (2012) da memória se constrói a identidade, dela se pode refletir uma questão atual, uma vez que se volta no vivido e faz-se essa reconstituição marcada com categorias do presente, então se constrói uma visão do passado a partir do presente, sendo assim ela veio instituir os territórios quilombolas do rio Andirá. Além disso, essas memórias ainda vêm permitindo outras possibilidades de compreender o passado e seu processo, como também, a ampliar o futuro.

As “memórias territoriais” contribuíram de forma expressiva nos processos de identificação territorial, na configuração do território quilombola, que reconhecido por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA. As memórias reconstruíram esses lugares simbólicos, pois “se enraíza no concreto, no espaço, [...] na imagem” (NORA, 1993, p.9). No âmbito de nossas pesquisas este mecanismo simbólico nos possibilitou catalogar e identificar a territorialidade quilombola especificamente no Matupiri, construído assim o catálogo de fotos dos patrimônios territoriais, tais como os espaços simbólicos e de pertencimento, no caso a antiga Ponta. Espaços de práticas sociais e de trabalho, as casas de farinha comunitárias, roças e outras atividades de uso coletivo.

Espaços simbólicos e de práticas socioreligiosas, como a igreja de Santa Terezinha e a Capela de São Sebastião. Os terreiros vivos, vivos porque remetem as pessoas que já se foram, as memórias territoriais as reavivam, “a memória é a vida” (Nora, 1993, p. 9). Os espaços sociais e de lazer onde ocorrem as práticas socioculturais, bem como a dança da “Onça-te-pegá”, “Lundum” e outras. O mapa a seguir foi construído com base neste catálogo de fotos do projeto II, identificado os referidos espaços acima mencionados (ver figura (04)).

²⁴ Para aprofundar isso ver em Rocha. J. M (2019). **Das Sementes aos Troncos: História e memória do movimento quilombola do rio Andirá**. Tese de Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas-UFAM. Manaus. 2019. 382 p.

Figura (04): Mapa com delimitação dos locais de práticas sociais, onde circulam os saberes e patrimônios quilombolas do Matupiri.



Fonte: Alice Pedreno, 2024.

A memória também nos possibilitou catalogar saberes e experiências no mundo do trabalho, nos saberes medicinal da terra e nas experiências de ensino, tudo isso através das fontes dos patrimônios vivos, que possibilitou a criação de micro biografias.

DAS MICRO BIOGRAFIAS: personagens com relevância para memória, os saberes e os patrimônios quilombolas.

Utilizando a metodologia da História Oral, foram construídas quatro micro biografias de moradores do Matupiri, que apontam para diversos saberes e patrimônios materiais e imateriais. Foram e são suportes para produção de materiais e estratégias pedagógicas, no âmbito da educação escolar quilombola, pois uma vez exercidas nesses espaços se coloca em prática aquilo que determinam as legislações.

As micro biografias de Benedita Ribeiro de Castro (im memória), Adelino Pereira de Castro, Manuel Pereira de Castro Filho e Maria da Penha da Silva²⁵, versam

²⁵ Para se aprofundar ver em PEDRENO. A. C. ROCHA. J. M. “DIÁLOGOS QUE EDUCAM: biografias quilombolas como possibilidades de conhecimento”. In: Seminário Internacional em Sociedade e Cultura

sobre os conhecimentos medicinais que muito contribuiu no desenvolvimento do lugar e da população local, dos saberes da terra em contraste com a dinâmica das estações da estiagem e do inverno Amazônico, os saberes do teçumes e os relatos de como era a profissão de educador em tempos onde o ensino era marginal. Saberes híbridos que constituíram a territorialidade quilombola singular no rio Andirá.

Das produções de Cartografia de Memória Territorial

Trazer registros do passado vivido é reconstruir imagens com perspectivas de tendências atuais, as memórias são resignificadas e recebem novos valores, pois “[...] lembrar não é reviver, é refazer, reconstruir, repensar com imagens e ideias de hoje as experiências do passado” (SILVA, 2012, p. 11). No âmbito da Educação escolar quilombola, as memórias territoriais são mecanismos para uma educação de si e sobre si, “as memórias refletem sentimentos, imagens e ideias sobre um lugar, um acontecimento [...]” (CALANDRO et al, 2014, p. 16). Ela é um mecanismo para o desenvolvimento da identidade cultural que está ligada ao território e quando ela é usada, vai implicar em refazer experiências e reconstruir um espaço determinado a partir do contexto em que foi vivido, pois “só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica” (NORA, 1993, p.21).

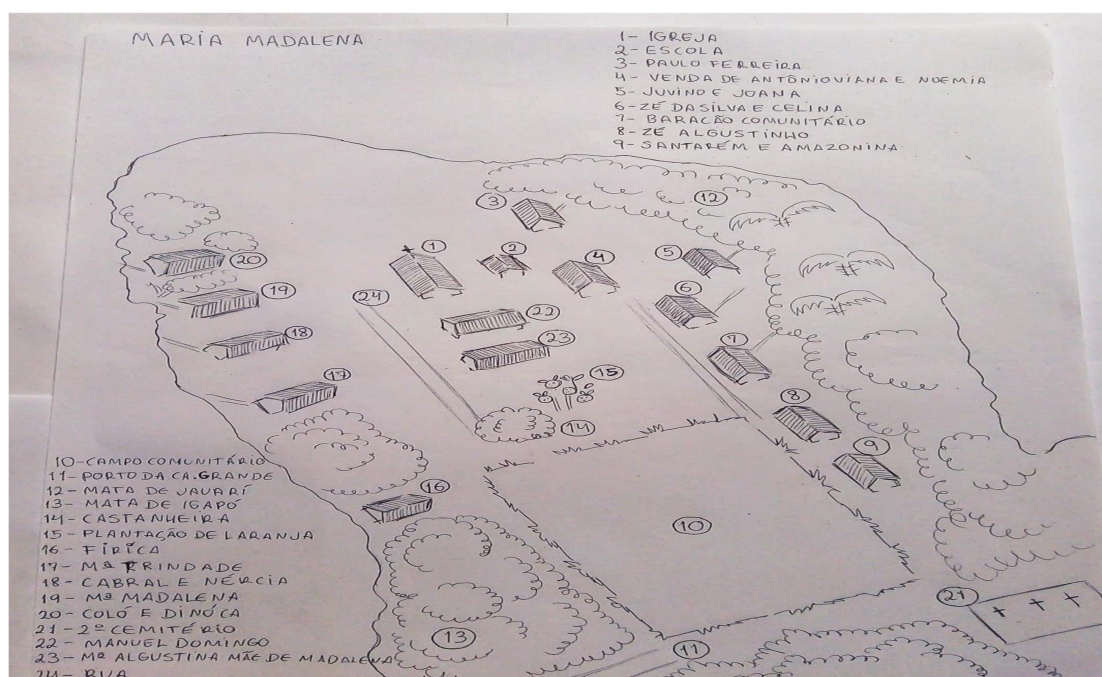
Na construção de uma cartografia de memória, o lugar elaborado não terá uma exatidão, mas uma representação aproximada do real, “na perspectiva de relação cultura e representação do espaço, a cartografia não precisa ser apresentada como uma ciência exata, com mediações, convenções, fatos objetivos e cálculos tal qual conhecemos (SEEMAMN, 2012, p. 140 apud CALANDRO et al, 2014, p. 22). Mas haverá ali traços de tempos vividos, de simbolismo e pertencimento.

Há cinco cartografias que foram construídas por mim a partir de narrativas orais de moradores do Matupiri, onde se objetivou mapear e representar o espaço simbólico e de pertencimento da Antiga Ponta, através de fragmentos de memórias, pois “os lugares de memória são, antes de tudo, restos” Nora (1993, p.12). Uma vez que o sentimento de pertencimento remetido a memória territorial, os seguintes moradores descreveram a Ponta tal como era nas suas lembranças subjetivas. Os entrevistados foram I-Maria Madalena (.), II-Celina Marinho Viana (86), III-Manuel Pereira de Castro Filho (82), IV-Antônio Viana Trindade (79) e V-Eduarda Trindade Castro (84).

Da produção destas cartografias de memórias territoriais, objetiva-se contribuir futuramente para a construção do currículo escolar quilombola. Estas representações são encharcadas de pertencimento, de identidade cultural construída “lá” nos terreiros, nas casas de farinhas, nos portos comunitários, nos barracões sociais, campo e outros. “Os mapas seriam formas de poder e conhecimento a respeito de um determinado espaço analisado a partir do contexto em que foi produzido” (CALANDRO et al, 2014, p. 22).

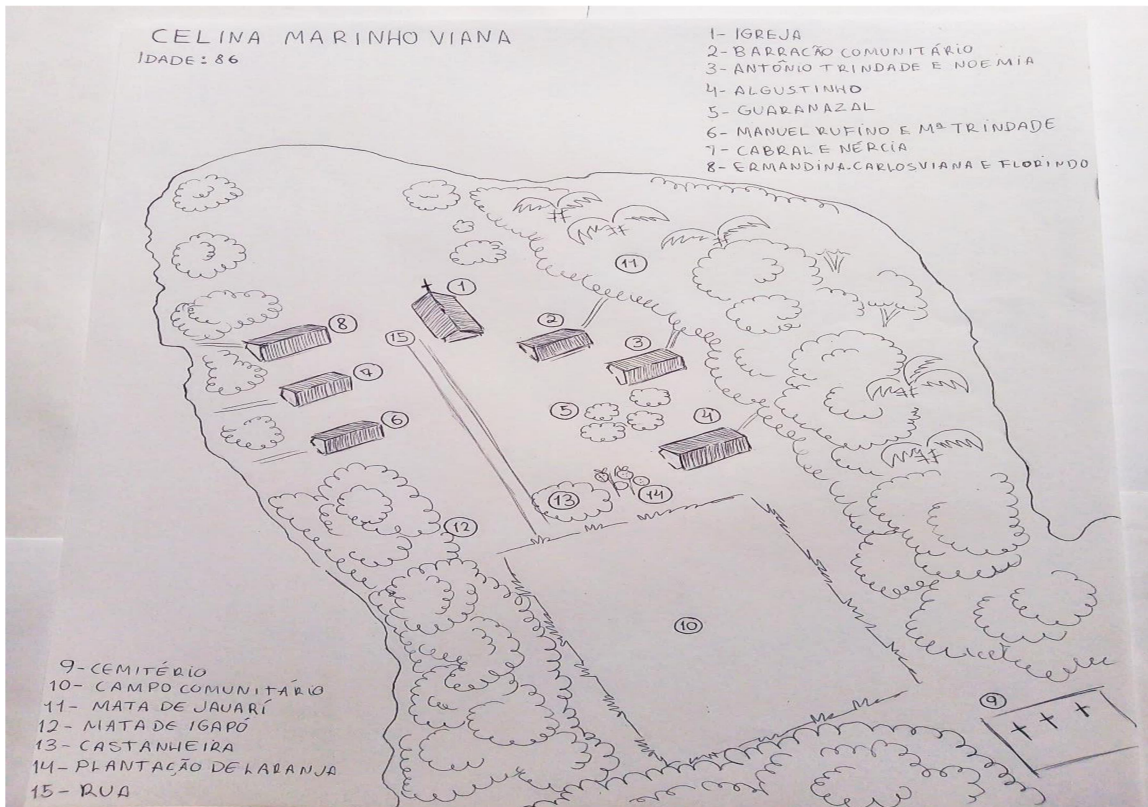
No contexto da metodologia, os significados territoriais trazidos pelas memórias subjetivas nas entrevistas foram rabiscados por mim. A maioria dos entrevistados tinham problemas de visão, mas seus depoimentos eram muito bem claros. Em um caso, de acordo com que “ia clareando a memória”, com um graveto em mão um dos entrevistados “reconstruía” a Ponta rabiscando no chão. O ponto de referência era igreja de São Sebastião, os entrevistados contam que havia ali veneração dos dois santos, São Sebastião e Santa Terezinha. A seguir serão socializadas algumas das cartografias da Antiga Ponta. Ver Figuras (05), (06) e (07).

Figura (05): Cartografia de memória territorial de Maria Madalena.



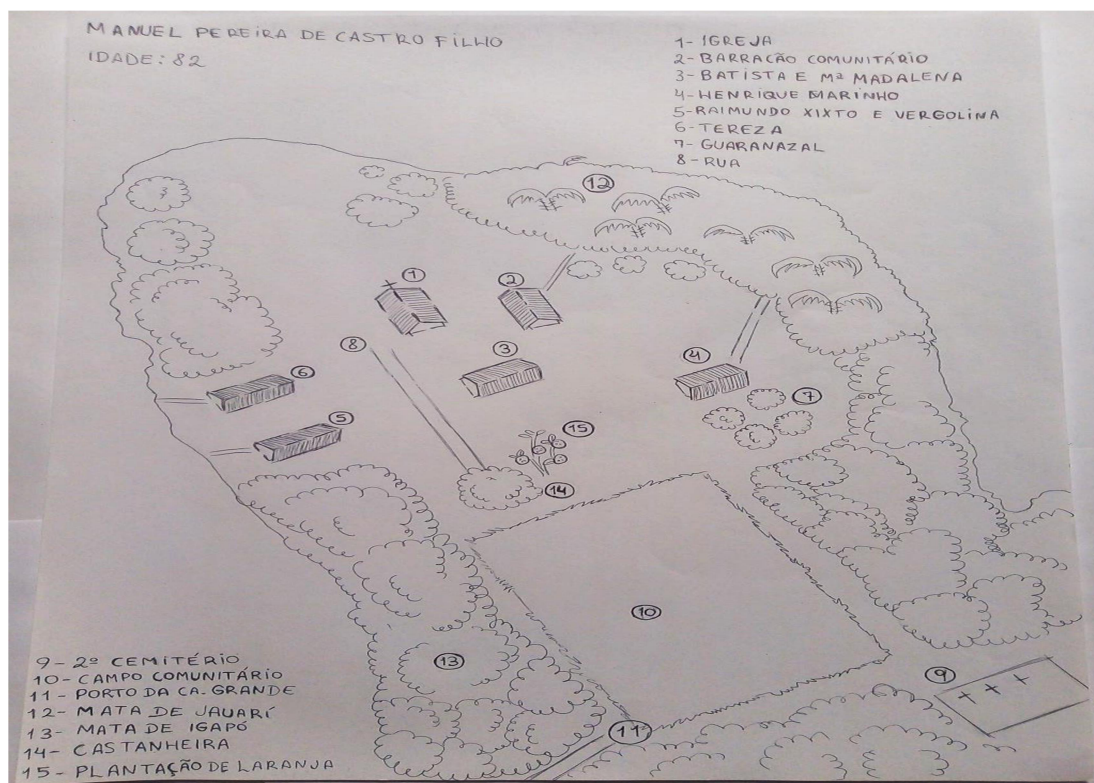
Fonte: Alice Pedreno, 2023.

Figura (06): Cartografia de Memória territorial de Celina Marinho Viana



Fonte: Alice Pedreno, 2023.

Figura (07): Cartografia de memória territorial de Manuel Pereira de Castro Filho.



Fonte: Alice Pedreno, 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tinha como objetivo mostrar que materiais como catálogos de fotos dos espaços e práticas sociais que remetem a saberes e patrimônio quilombolas, micro biografias de moradores do quilombo de Santa Tereza do Matupiri, bem como cartografias de memórias territoriais que podem ser possibilidades de metodologias de ensino para uma educação escolar quilombola. Estes dois primeiros foram catalogados e registrados no projeto “História, Saberes e Patrimônios II: diálogo para e entre ciências”, 2021-22, que tinha como objetivo a interdisciplinaridade, a construção de reflexões a respeito do ensino.

Por conseguinte, no projeto III, 2022-23, esses materiais foram devolvidos as realidades quilombolas em diferentes ambientes onde também, professores puderam fomentar e repensar a respeito das suas práticas educativas. O último surge com base nos primeiros elementos, porém deteve o foco na territorialidade quilombola, que por diante, foi aprofundada na pesquisa de conclusão de curso.

Esses instrumentos vêm se apresentar futuramente como componentes do currículo da educação escolar quilombola no Baixo Andará, que atualmente vem se articulando para a efetivação, estes como bem preconizam as Legislações atualizadas pela 11.645/08 que determina a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, como também da Resolução CNE/CEB nº 8 de novembro de 2012 que determinam as Diretrizes para a educação escolar quilombola.

Os saberes tradicionais do mundo do trabalho, os conhecimentos medicinais, de benção e de parto, as experiências de ensino em realidades quilombolas, as memórias por muito tempo silenciadas se fizeram e fazem inestimável para a comunidade quilombola Santa Tereza do Matupiri, pois as histórias e estas memórias coletivas e subjetivas, que outrora se encontravam silenciadas, foram e são reconstituídas pelo MSQA.

Por final, essas ações realizadas e outras que ainda estão em curso, se alargando para outros quilombos do Andará, vem a contribuir para a futura construção do currículo escolar quilombola, promovendo a sustentabilidade, transformação social como forma de garantir a democratização do conhecimento, uma educação antirracista à luz das legislações do estado brasileiro para essas realidades.

Isto se faz em atendimento ao que determinam a Resolução CNE/CEB Nº 8, de 20 de novembro de 2012, que definiu Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, que se fundamenta e se alimenta das:

a) da memória coletiva; b) das Línguas reminiscentes; c) dos marcos civilizatórios; d) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção de trabalho; f) dos acervos e repertórios orais; g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; h) das territorialidades” (RESOLUÇÃO Nº 8 de 20 de novembro de 2012, p. 3).

Diante disso, as produções dos materiais da pesquisa e extensão se basearam nesses fundamentos, para que assim haja a promoção de uma educação antirracista e uma educação de si. Esses materiais como ferramentas metodológicas de ensino escolar quilombola trazem os próprios espaços de vivência das crianças, que torna possível o processo de ensino aprendizagem eficiente, pois é no espaço vivido que ocorre o desenvolvimento de construção de significados e por eles são criados a identidade e sentimento de pertencimento.

Com isso, essa prática também se torna uma forma de manter e valorizar por parte das crianças e da escola as suas culturas e tradições, pois como bem assegura o inciso V da Resolução Nº 8, de 2012, “deve garantir aos estudantes o direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade”. Ser uma comunidade quilombola é gerar uma educação quilombola, uma vez exercida ela também vem ser um ato político e fortalece ainda mais o território por meio da Educação escolar quilombola que passa por processos como este que trouxemos, que são as cartografias de memórias.

FONTES

Lista de Entrevistados:

Antônio Viana Trindade. 79 anos. Entrevista: Matupiri, 05/10/2023.

Celina Marinho Viana. 86 anos. Entrevista: Matupiri, 05/10/2023.

Eduarda Trindade de Castro. 84 anos. Entrevista: Matupiri, 07/10/2023.

Manuel Pereira de Castro. 82 anos. Entrevista: Matupiri, 05/10/2023.

Maria Madalena. Entrevista: Matupiri, 22/09/2023.

REFERÊNCIAS

ALBERT, V. 2011. **História dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. 3 eds. – São Paulo: Contexto.p.155-202.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. RESOLUÇÃO Nº8, de 20 de novembro de 2012. Diário Oficial da União. Brasília, 21 de novembro de 2012, Seção 1, p. 26.

BRASIL. Texto constitucional de 05 de outubro de 1988. Artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BORTOLOTO. M. Glossário de Geografia. Belo Horizonte , 2011.

CALANDRO. Thiago Luiz. PEZZATO. João Pedro. (2014) **Memória e identidade no contexto de uma cartografia cultural: notas para discussão**. *Revista Territorium Terram*, 2(3), 13-28 p.

CHIZZOTTI. Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais** . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CORRÊA. Jhonatan da Silva. (2020). **Geografia Cultural: uma breve história**. In: Anais do 3º WORKSHOP DE GEOGRAFIA CULTURAL: O lugar e as disputas da cultura no espaço. 2017: UNIFAL-MG, Alfendas- MG, p. 36-51.

GIL. Antônio Carlos. 1946- **Como elaborar projeto de pesquisa** – 4. Ed. – 11. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2002.

Glossário dos termos genéricos dos nomes geográficos utilizados no mapeamento sistêmico do Brasil / IBGE, Coordenação de Cartografia, - Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

LITTLE, P. E. 2002 **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série antropológica, 322. Brasília: UnB, 28(1), p. 251-290.

NORA, P. 1993. Entre Memória e História. A problemática dos lugares – **Proj. História**. São Paulo, p.07-28.

PEDRENO. Alice Conceição. ROCHA. João Marinho da. **“DIÁLOGOS QUE EDUCAM: biografias quilombolas como possibilidades de conhecimento”**. In: Seminário Internacional em Sociedade e Cultura na Amazônia. 5.: 2022: Manaus-AM. Os rumos da ciência no Brasil e na Amazônia: crise sanitária ambiental e cultural universitária. Manaus: EDUA, 2022, p. 273-384.

PEDRENO. Inês Conceição. **Descrição linguística das falas de dois moradores de comunidades tradicionais do rio Andirá**. 2022. 69f. TCC (Graduação em Licenciatura em Letras) - Universidade do Estado do Amazonas, Parintins. 2022.

POLLAK M. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, RJ. vol.05, n. 10, 1992, p. 200-212.

RANCIARO, M.M.A 2016. **“Os cadeados não se abriram de primeira”**: processos de construção identitária e a configuração do território de comunidades quilombolas do Andirá. Tese em Antropologia Social. Universidade Federal do Amazonas-UFAM. Manaus, 235 p.

ROCHA. João Marinho da. FREITAS. Marilene Corrêa da Silva. **“BENEDITO RODRIGUES, O PRETO DA ÁFRICA...”**. Nos rastros das Memórias e Histórias quilombolas na Amazônia. European Academic Research. p. 1766-1778. Vol. X, Issue 5/ Agosto 2022.

ROCHA, João Marinho da. **Das Sementes aos Troncos: História e memória do movimento quilombola do Rio Andirá**. Tese de Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazona-UFAM. Manaus. 2019. 382p.

ROCHA. João Marinho da. **FILHAS DE BENEDITA, FESTEIRAS DE SEBASTIÃO: protagonismos e resistências de mulheres quilombolas na fronteira Amazonas Pará**. In: Encontro de estudo sobre mulheres da floresta. 7, 2022: Manaus-AM. Anais do VII ENFLOR, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia e pelo Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, GT 02-Gênero, Raça/Etnia e Resistência. EDUA, 2022, p. 94-108.

ROCHA. João Marinho da. CASTRO. Tarciera Raquel dos Santos. PEDRENO. Alice Conceição. ANDRADE. Hayná. **“HISTÓRIAS, SABERES E PATRIMÔNIOS”**: Memórias em movimentos de lutas por direitos e (r)existências quilombolas e indígenas. In: SILVA et al. Movimentos Sociais e Serviço Social nas “Amazônias” - diversidade, lutas sociais e direitos. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2023, p.73-93.

ROCHA. João Marinho da. **“Tudo por aí morava gente nossa!” Os usos e os lugares da memória territorial nos processos de constituição da identidade étnica nos Quilombos do Rio Andirá, fronteira Amazonas/Pará**. Ciências Sociais Unisinos. 57(1): 16-25, janeiro/abril 2021.

SILVA. Elen Mourão da. **Do inferno à Pagoa: a trajetória de vida de Manuel Eugênio da Silva, núcleo quilombola da Pagoa, Rio Andirá**. 2019. TCC (Graduação em Licenciatura em História) - Universidade do Estado do Amazonas, Parintins. 2019.

SILVA. Simone Rezende da. **Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra**. In: XII Colóquio Internacional de Geocrítica, Bogotá, 2012.

SILVA. Simone Rezende da. **Negros na Mata Atlântica, territórios quilombolas e a conservação da natureza.** Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008a
SIQUEIRA, J. 2016. *Relatório Técnico de Identificação e Delimitação-RTID do território quilombola do rio Andirá*, Manaus-AM, INCRA-AM, 85 p.

ANEXOS

ANEXO I. Mapa fig. 08-E: ESPAÇOS SOCIAIS E DE LAZER



Fonte: NEAB, GEHA, 2022.

ANEXO II/ Mapa. Fig. 08-G/C: ESPAÇOS SIMBÓLICOS E DE PRÁTICAS SOCIORELIGIOSAS; PRÁTICAS SOCIORRELIGIOSAS E ESPAÇOS SIMBÓLICOS. PRIMEIRA IMAGEM CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO, SEGUNDA IMAGEM IGREJA DE SANTA TEREZINHA.



Fonte: NEAB, GEHA, 2022.

ANEXO III /Mapa. Fig. 08-D/F: MEMORIAS TERRITORIAIS: O CASO DOS TERREIROS VIVOS; LOCAL SIMBÓLICO E DE PERTENCIMENTO ÉTNICO QUILOMBOLA.



Fonte: NEAB, GEHA, 2022.

ANEXO IV/Mapa. Fig. 08-H: PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS.



Fonte: NEAB, GEHA, 2022

ANEXO V/MAPA. FIG.08-B: ESPAÇOS DE PRÁTICAS SOCIAIS E DE TRABALHO.



Fonte: NEAB, GEHA, 2022